



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS



PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO
PROJETO DE LEI N.º 159, DE 2023

Cria, no âmbito da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Indianópolis-Mg, o cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de Assessor Administrativo.

Autora: Mesa Diretora

Relator: Vereador WELBEMAR ALVES
XAVIER

I RELATÓRIO

Veio a esta Comissão de Serviços Públicos (CSP) o Projeto de Lei n.º 159, de 2023, de autoria da Mesa Diretora, para parecer quanto ao mérito.

O projeto é dividido em três artigos, a saber:

O art. 1º cria, na estrutura administrativa da Câmara Municipal Indianópolis-MG, o cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de Assessor Administrativo, Código CM-AA, com vencimento mensal de R\$ 3.956,55 (três mil novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

O art. 2º estabelece as atribuições do cargo.

O art. 3º contém a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação.

Acompanham o projeto a estimativa do impacto financeiro na despesa com pessoal com a criação do cargo e a declaração do ordenador de despesas de que a despesa criada pelo projeto tem adequação com a Lei Orçamentária de 2023, com o Plano Plurianual 2021-2023 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 e não ultrapassa os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2023, documento de fls. 4-5.

É, síntese, o relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

O cargo a ser criado é de fato conveniente para melhorar e otimizar os serviços administrativos da Câmara Municipal.

Examinando-se suas atribuições, deduz que o suprirá a necessidade de assessoramento de atividades relacionadas à informatização das atividades administrativas e legislativas, entre as quais a implantação do processo legislativo eletrônico.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

A Câmara já deu passos importantes para a informatização do processo legislativo, com a implantação do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL). A próxima etapa será a implantação do processo legislativo eletrônico, em substituição ao processo físico.


Essas iniciativas impõem a exigência de o quadro de pessoal da Câmara contar com servidores aptos a assessorar essas atividades de virtualização do processo legislativo.

O vencimento proposto está em conformidade com a remuneração dos cargos que compõem a estrutura administrativa da Câmara Municipal é igual ao do cargo de Assessor I, da Prefeitura Municipal, por se tratar de cargos equivalentes e com o mesmo nível de complexidade.


III CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela aprovação do Projeto de Lei n.º 159, de 2023.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2023.


WELBEMAR ALVES XAVIER
Presidente e Relator


ELMAR FERNANDES DE RESENDE
Membro


CRISTIANE DIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES
Membro Suplente